



Anais da Assembléia

Nº 118

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djama de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - Suplentes: Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; PST - 8: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; PRN - 04: Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; PFL - 08: Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Ruesch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - Suplentes PFL e PRN: Jôlio Bufon - José da Silva Reis - Volômir Mirão Mals-trovicz; PDT - 08: César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Tóilo - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - Suplentes: Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; PTB - 08: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - Suplentes: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; PSDB - 04: Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hernas Eurides Brandão - Alceu Antonio Gwarowski - Suplentes: Tadeu Lúcio Machado - José Bolko - Paulino José Delazeri; PT - 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - Suplentes: Perides de H. Melo; PL - 03: José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - Suplentes: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. Deputados Licenciados: Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

DECRETO LEGISLATIVO N° 003/92

S E S S Ã O.

DATA: 17 de agosto de 1992

SUMULA: Susta o Decreto Governamental n° 532, de 25 de junho de 1991.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica sustado, nos termos do disposto no artigo 54, XXVII da Constituição do Estado do Paraná, o Decreto Governamental n° 532, de 25 de junho de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado n° 3540, da mesma data, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.08.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 79ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1992

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Lygia Pupatto, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Severino Félix (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Colombino Grassano, Geraldo Cartário, João Iensen, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Plauto Miró Guimarães e Toti Colaço (09).

Verificada a existência de número le-

0 SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

0 SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

0 SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N° 061/92

Curitiba, 12 de agosto de 1992.
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 58.000.000.000,00 (cinquenta e oito bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991.

A suplementação ora pleiteada visa reforçar a dotação do Projeto n° 1.029 - Implantação da Ferrovia Paraná/Oeste - FERROESTE, a fim de dar continuidade a construção da ferrovia.

Esclareço que os recursos para a cobertura da referida suplementação são provenientes do cancelamento de dotações de diversos órgãos.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

SUMULA: Aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos da SEPL.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 58.000.000.000,00 (cinquenta e oito bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme anexo I desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura ao crédito de que trata o artigo

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

6. H. L. X. 11

FILE 662

CPS 1 000.00

CONFIDENTIAL

[illegible]

ANNEX C

FILE 62

CR\$ 1,000.00

ICODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	ILJ IFTIDI	VALOR	IN. DO IPROR I
1700	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	I	I I I		I I
1701	PROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS E MULTISSETORIAIS	I	I I I		I I
1045	INVESTIMENTOS PARA O ENSINO DE 110. E 20. GRAUS - BIRD	I	I I I		I I
1050	PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL I- RMC	I	I I I	1.000.000	103161
4100	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE	I	I I I	20.000.000	103161
4102	GABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
1068	INTEGRALIZACAO DE CAPITAL NA SANEPAR PARA SISTEMAS DE AGUA E ESGOTO	I	I I I	7.000.000	103161
300	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I	I I I		I I
4302	GABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
1022	PROGRAMA BID IV - DER	I	I I I	6.000.000	103161
4700	SECRETARIO ESPECIAL DO ESPORTE E TURISMO	I	I I I		I I
4702	GABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
2745	PROGRAMACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO TURISMO NO PARANA - FESTUR	I	I I I	1.000.000	103161
		I	I I I	1.000.000	103161
TOTAL		I	I	58.000.000	I

T O T A L

58.000.000 T

CANCELAMENTO		A N E X O		I I I		FL. 03	
						CRS 1.000,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	ILJ	DA	IFTIDI	VALOR	IN DOJ
I	I	IDESPESA	I	IRI			IPROCI
							ICOP J
1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO -	I	1	1	1		I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	1	1	1		I
	I	I	1	1	1		I
1049	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I	1	1	1		I
	ICOPEL	I	1	1	1		I
2830	IGERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E	I	1	1	1		I
	IOPERACIONAL DA COPEL	I	4361.00	100	11	18.000.000	I03161
	I	I	1	1	1		I
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	1	1	1		I
	IE DO COMERCIO - ENTIDADES	I	1	1	1		I
	IVINCULADAS	I	1	1	1		I
	I	I	1	1	1		I
1253	IINSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA	I	1	1	1		I
	I- TECPAR	I	1	1	1		I
2890	IPESQUISAS TECNOLOGICAS, SERVICOS	I	1	1	1		I
	IE CONTROLES DA QUALID. EM	I	1	1	1		I
	IPRODUTOS QUIMICOS, BIOLOGICOS E	I	1	1	1		I
	IINDUSTRIAIS	I	4130.00	100	11	4.000.000	I03161
	I	I	1	1	1		I
4200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	1	1	1		I
	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	1	1	1		I
	IMEIO-AMBIENTE - ENTIDADES	I	1	1	1		I
	IVINCULADAS	I	1	1	1		I
	I	I	1	1	1		I
4289	ICOMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA	I	1	1	1		I
	I- SANEPAR	I	1	1	1		I
1804	IOBRAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA	I	4110.00	100	11	3.500.000	I03161
1805	IOBRAS DE ESGOTOS SANITARIOS	I	4110.00	100	11	3.500.000	I03161
	I	I	1	1	1		I
4400	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	1	1	1		I
	ITRANSPORTES - ENTIDADES	I	1	1	1		I
	IVINCULADAS	I	1	1	1		I
	I	I	1	1	1		I
4490	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	1	1	1		I
	IRODAGEM - DER	I	1	1	1		I
1024	IMELHORIAS NA REDE RODOVIARIA	I	1	1	1		I
	IESTADUAL - BID IV	I	3132.00	100	11	6.000.000	I03161

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I I		FL. 04	I
I						CRS 1.000,00	I
-----		*-----*		*-----*			*
I	I	INATUREZA		IL1			
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR		IN. DOI	
I	I	IDESPESA	I IN			IPROCI	
-----		*-----*		*-----*			*
I	I	I	I I I			I	I
4800	ISECRETARIO ESPECIAL DO ESPORTE E	I	I I I			I	I
	TURISMO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I			I	I
	I	I	I I I			I	I
4898	IFUNDACAO DE ESPORTE E TURISMO -	I	I I I			I	I
	IFESTUR	I	I I I			I	I
1006	ICONSTRUCAO E EQUIPAMENTO DO	I	I I I			I	I
	ICENTRO DE EXCELENCIA EM CURITIBA	I	4110.00I001LI	900.000		I0316I	
	I	I	4120.00I001LI	100.000		I0316I	
2748	IPROMOCAO E DESENVOLVIMENTO DO	I	I I I			I	I
	TURISMO NO PARANA	I	4262.00I001LI	1.000.000		I0316I	
-----		*-----*		*-----*			*
		T O T A L		I	37.000.000	I	
							*

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 62/92

Curitiba, 17 de agosto de 1992.

Senhor Presidente.

De conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre reajustamento dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, assim como da remuneração dos servidores militares do Estado.

O anexo plano de lei consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento, cujas conclusões, como não poderia deixar de ser, subordinam-se a atual capacidade do erário estadual. Esta proposição demonstra a grande e constante preocupação do Governo do Estado em assegurar ao funcionalismo civil e militar do Estado níveis remuneratórios justos e atualizados, mas, obviamente, atendendo a preceitos da Magna Carta Federal (art. 169 e art. 38/DT), que impõem limitações aos gastos com a folha de pagamento dos salários dos servidores públicos de todas as esferas de governo.

A inclusa cópia autêntica de exposição de motivos que me foi apresentada pelo Secretário de Estado da Administração, apresenta detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e alto significado da medida que é objetivada pelo

plano de lei em causa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, vigentes em julho de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

- I - A partir de 1° de agosto de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta lei;
- II - a partir de 1° de setembro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta lei.

Art. 2° - A tabela de escalonamento vertical, estabelecida pelo art. 107, da Lei n° 6.417, de 03 de julho de 1973 com a alteração dada pelo art. 2° da Lei n° 10.000, de 26 de junho de 1992, passa a vigorar com os seguintes índices:

- 1 - Oficiais Superiores
 - Coronel..... 1.000
 - Tenente Coronel..... 913
 - Major..... 872

- 2 - Oficiais Intermediários

Capitão.....	800
3 - Oficiais Subalternos	
Primeiro Tenente.....	731
Segundo Tenente.....	658
4 - Praças Especiais	
Aspirante a Oficial.....	532
Aluno (3º ano).....	477
Aluno (2º ano).....	447
Aluno (1º ano).....	427
5 - Praças	
Subtenente.....	532
1º Sargento.....	477
2º Sargento.....	447
3º Sargento.....	427
Cabo.....	382
Soldado 1ª Classe.....	370
Soldado 2ª Classe.....	350

Art. 3º - A Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 7.434, de 29 de dezembro de 1980 e pela Lei nº 10.000, de 26 de junho de 1992, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter os percentuais abaixo fixados:

Coronel.....	249,26%
Tenente Coronel.....	243,95%
Major.....	240,13%
Capitão.....	185,77%
1º Tenente.....	127,77%
2º Tenente.....	104,87%
Aspirante a Oficial.....	101,70%
Aluno EFO - 3º ano.....	73,78%
Aluno EFO - 2º ano.....	66,07%
Aluno EFO - 1º ano.....	57,09%
Subtenente.....	99,57%
1º Sargento.....	99,51%
2º Sargento.....	89,25%
3º Sargento.....	80,42%
Cabo.....	68,22%
Soldado de 1ª Classe.....	68,17%
Soldado de 2ª Classe.....	62,05%

Art. 4º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada:

- I - a partir de 1º de agosto de 1992, em Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), sendo Cr\$ 3.187.500,00 (três milhões, cento e oitenta e sete mil e quinhentos cruzeiros) de vencimento básico e Cr\$ 4.312.500,00 (quatro milhões, trezentos e doze mil e quinhentos cruzeiros) pelo exercício de encargos especiais; e
- II - a partir de 1º de setembro de 1992, em Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 3.825.000,00 (três milhões e oitocentos e vinte e cinco mil cruzeiros) de vencimento

básico e Cr\$ 5.175.000,00 (cinco milhões e cento e setenta e cinco mil cruzeiros) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 5º - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992, e em Cr\$ 2.415,00 (dois mil e quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992 e o valor das Pensões Especiais para Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), em 1º de agosto de 1992 para Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros), em 1º de setembro de 1992.

Art. 6º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

- I - a partir de 1º de agosto de 1992, em 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992; e
- II - a partir de 1º de setembro de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 7º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil e setecentos e três cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992, e em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco mil e duzentos e quarenta e quatro cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 8º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 4º, da Lei nº 9109, de 06 de novembro de 1989 e o artigo 6º, da Lei nº 9373, de 24 de setembro de 1990, fica fixado em Cr\$ 4.157,06 (quatro mil e cento e cinquenta e sete cruzeiros e seis centavos), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 5.116,38 (cinco mil e cento e dezesseis cruzeiros e trinta e oito centavos), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 9º - O servidor da administração direta e das autarquias, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, perceberá, a título de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário básico, na forma prevista no artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 7 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos de serviço público efetivamente prestado na administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Ficam congelados, em seus atuais valores, as importâncias já concedidas a título de adicional por tempo de serviço em desacordo com o estabelecido

no caput deste artigo, até que se verifique a sua adequação aos critérios e base de cálculo aqui estabelecidos.

Art. 10 - Fica alterada a nomenclatura dos cargos, grupos ocupacionais e padrões de que trata o Anexo I, da Lei n° 7424, de 17 de dezembro de 1980, na forma do disposto no Anexo III, desta lei.

Parágrafo Único - Os efeitos financeiros, decorrentes da aplicação do disposto neste artigo, serão devidos a partir de 1° de setembro de 1992.

Art. 11 - Fica extinta, mediante incorporação aos vencimentos e salários dos ocupantes dos cargos de nível universitário da administração direta e das autarquias, extensivo aos inativos, a gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento), de que tratam a Lei n° 9049, de 06 de julho de 1989 e a Lei n° 9515, de 07 de janeiro de 1991.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos servidores ocupantes de cargos de nível superior, que exerçam as funções de pesquisador, responsáveis pela elaboração e implementação de programa/projetos de pesquisa de relevância para o Estado, a Gratificação de Incentivo à Pesquisa, composta de uma parte fixa baseada na titulação e outra variável baseada no mérito, aferíveis anualmente, no percentual de até 60% (sessenta por cento), calculados sobre os seus vencimentos e/ou salários básicos.

§ 1° - A regulamentação da gratificação de que trata este artigo será estabelecida em Decreto, mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei.

§ 2° - A gratificação de que trata o caput deste artigo não se incorpora ao salário, nem será computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens e é inacumulável com a Gratificação de Incentivo de que trata o artigo 3°, da Lei n° 9788, de 29 de outubro de 1991 e o artigo 11, da Lei n° 9887, de 27 de dezembro de 1991.

Art. 13 - Fica instituída gratificação a ser atribuída, exclusivamente, aos servidores que atuam junto ao Ouvidor Geral do Estado desempenhando as atividades de auditor, no valor de Cr\$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros), a partir de 1° de agosto de 1992 e de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) a partir de 1° de setembro de 1992, reajus-

tada na mesma época e no índice geral do funcionalismo.

§ 1° - A regulamentação da gratificação de que trata este artigo será estabelecida em Decreto, mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração.

§ 2° - A gratificação de que trata este artigo não se incorpora ao salário, nem será computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e rever gratificações de atividade aos seus servidores, para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no art. 33, § 2°, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 15 - Os índices percentuais fixados nesta Lei não se aplicam aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos incisos I e II, do artigo 1°, desta lei, ficando revogados o inciso II do art. 73 e o art. 74, da Lei n° 7051, de 04 de dezembro de 1978, a Lei n° 9049, de 06 de julho de 1989 e a Lei n° 9515, de 07 de janeiro de 1991 e demais disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 63/92

Curitiba, 17 de agosto de 1992.

Senhor Presidente.

Nos termos do art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, reajuste de 60% (sessenta por cento), em duas parcelas, sendo 30% (trinta por cento) a partir de 1° de agosto de 1992 e os demais 30% (trinta por cento) a partir de 1° de setembro de 1992, calculados sobre os valores de julho.

A medida ora proposta consubstancia o resultado de estudos procedidos pela Secretaria de Estado da Administração, a mim encaminhado pelo Titular daquela Pasta.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, serão reajustados na forma do disposto abaixo:

- I - a partir de 1º de agosto de 1992, mediante o acréscimo do índice percentual de 30% (trinta por cento) calculado sobre os valores vigentes em julho de 1992; e
- II - a partir de 1º de setembro de 1992, mediante o acréscimo percentual de mais 30% (trinta por cento), calculado sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

PODER JUDICIÁRIO

OF. N° 83/92-G.P.-D.E.F.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter a essa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei que tem por objetivo reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como, os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a partir de 1º de agosto de 1992, conforme tabelas que constituem os Anexos I e II.

Esperando que o referido anteprojeto receba o competente exame e posterior aprovação, colho o ensejo para apresentá-lhe meus protestos de consideração distinguida.

Sala das Sessões, em 19.08.92

(a) FREDERICO MATTOS GUEDES

Presidente (em exercício)

ANTEPROJETO DE LEI

DATA: 18.08.92.

SUMULA: Fixa os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, conforme especifica e adota outras providências.

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como, os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, vigentes em julho de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

- I - A partir do 1º de agosto de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta lei;
- II - A partir de 1º de setembro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta lei.

Art. 2º - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado a partir de 1º de agosto de 1992, em Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros) e a partir de 1º de setembro de 1992 em Cr\$ 2.415,00 (dois mil, quatrocentos e quinze cruzeiros).

Art. 3º - O valor da pensão especial fica reajustado nos mesmos percentuais atribuídos pela presente lei, de forma a preservar a proporção estabelecida pelo art. 260, da Lei n° 6.174/70.

Art. 4º - Os valores das gratificações de produtividade, ficam reajustados em 50% (cinquenta por cento), sendo 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1º de agosto de 1992, sobre os valores vigentes em julho de 1992 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de setembro de 1992 sobre os valores vigentes em agosto de 1992.

Art. 5º - Os valores das gratificações de Representação de Gabinete, ficam reajustados em 50% (cinquenta por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

- I - A partir de 1º de agosto de 1992, 25% (vinte e cinco por cento), sobre os valores vigentes em julho de 1992; e
- II - A partir de 1º de setembro de 1992, 20% (vinte por cento), sobre os valores vigentes em agosto de 1992.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos incisos I e II, do artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

A N E X O I

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a vigor a partir de 1º de agosto de 1992.

NIVEL	VALOR
1	1.213.879,71
2	1.141.041,44
3	1.068.214,20
4	995.375,24
5	922.556,29
6	891.657,30
7	829.751,21
8	603.448,16
9	546.865,69
10	490.308,49
11	433.708,20
12	377.143,71

T A B E L A II

CLASSE	VALOR
I	1.600.852,11
II	1.506.022,88
III	1.408.742,80

A N E X O I
T A B E L A III
CARGOS EM COMISSÃO

SIMBOLO	VALOR
1-C	662.492,51
2-C	611.844,96
3-C	564.798,26
4-C	521.691,85
5-C	490.390,34
6-C	460.966,91

T A B E L A IV
CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO	VALOR
DAS-1	1.525.706,24
DAS-2	1.397.605,01
DAS-3	1.288.236,76
DAS-4	1.139.500,05
DAS-5	1.026.576,41

T A B E L A V
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SIMBOLO	VALOR
1-F	38.743,33
2-F	32.888,99
3-F	29.001,96
4-F	23.279,84
5-F	21.275,49

A N E X O I
T A B E L A VI
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NIVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
01	1.798.650,00	2.398.200,00
02	1.635.015,00	2.180.019,38
03	1.486.308,75	1.981.745,63
04	1.351.145,63	1.801.528,13
05	1.228.346,25	1.637.793,75
06	1.023.667,50	1.364.889,38
07	853.053,75	1.137.403,13
08	710.900,63	947.868,75
09	592.436,25	789.913,13
10	515.085,00	686.780,63
11	447.922,50	597.228,75
12	389.484,38	519.311,25
13	338.686,88	451.582,50
14	282.281,25	376.374,38
15	266.998,13	355.998,75

T A B E L A VII
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE ALÇADA

NIVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
01	1.349.917,50	1.799.891,25
02	1.285.610,63	1.714.147,50
03	1.224.423,75	1.632.564,38
04	1.166.107,50	1.554.810,00
05	1.110.573,75	1.480.766,25
06	1.067.593,13	1.423.456,88
07	1.025.716,88	1.367.621,25
08	955.966,88	1.274.623,13
09	910.425,00	1.213.899,38
10	827.655,00	1.103.540,63
11	752.409,38	1.003.213,13
12	684.022,50	912.031,88
13	621.823,13	829.098,75
14	565.314,38	753.753,75
15	499.683,75	666.245,63
16	457.383,75	609.845,63

A N E X O II

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores, ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a vigor a partir de 1º de setembro de 1992.

TABELA I

NÍVEL	VALOR
1	1.456.655,65
2	1.369.249,73
3	1.281.857,04
4	1.194.450,29
5	1.107.067,55
6	1.069.988,76
7	995.701,45
8	724.137,79
9	656.238,83
10	588.370,19
11	520.449,84
12	452.572,45

TABELA II

CLASSE	VALOR
I	1.921.022,53
II	1.807.227,46
III	1.690.491,36

ANEXO II
TABELA III
CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR
1-C	794.991,01
2-C	734.213,95
3-C	677.757,91
4-C	626.030,22
5-C	588.468,41
6-C	553.160,29

TABELA IV
CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	1.830.847,49
DAS-2	1.677.126,01
DAS-3	1.545.884,11
DAS-4	1.367.400,06
DAS-5	1.231.891,69

TABELA V
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	46.492,00
2-F	39.466,79
3-F	34.802,35
4-F	27.935,81
5-F	25.530,59

A N E X O II
T A B E L A VI
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NIVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
01	2.158.380,00	2.877.840,00
02	1.962.018,00	2.616.023,25
03	1.783.570,50	2.378.094,75
04	1.621.374,75	2.161.833,75
05	1.474.015,50	1.965.352,50
06	1.228.401,00	1.637.867,25
07	1.023.664,50	1.364.883,75
08	853.080,75	1.137.442,50
09	710.923,50	947.895,75
10	618.102,00	824.136,75
11	537.507,00	716.674,50
12	467.381,25	623.173,50
13	406.424,25	541.899,00
14	338.737,50	451.649,25
15	320.397,75	427.198,50

T A B E L A VII
SERVIDORES REGIDOS PELA C.L.T.
TRIBUNAL DE ALÇADA

NIVEL	JORNADA DE TRABALHO	
	30 HORAS SEMANAIS	40 HORAS SEMANAIS
01	1.619.901,00	2.159.869,50
02	1.542.732,75	2.056.977,00
03	1.469.308,50	1.959.077,25
04	1.399.329,00	1.865.772,00
05	1.332.688,50	1.776.919,50
06	1.281.111,75	1.708.148,25
07	1.230.860,25	1.641.145,50
08	1.147.160,25	1.529.547,75
09	1.092.510,00	1.456.679,25
10	993.186,00	1.324.248,75
11	902.891,25	1.203.855,75
12	820.827,00	1.094.438,25
13	746.187,75	994.918,50
14	678.377,25	904.504,50
15	599.620,50	799.494,75
16	548.860,50	731.814,75

OF. n° 1.388/92
Senhor Presidente.

ANTEPROJETO DE LEI

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, ANTEPROJETO DE LEI, que reajusta nos meses de agosto e setembro de 1992, os níveis dos vencimentos dos integrantes do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 19.08.92.

(a) RAFAEL IATAURO
Presidente

Art. 1° - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, pertencente ao Grupo Ocupacional II, e dos cargos efetivos correspondentes aos Grupos Ocupacionais III, IV e V e o Sub-Grupo Ocupacional, constantes do Anexo II, da Lei Estadual n° 9.436, de 09 de novembro de 1990, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustados conforme disposto abaixo:

I - a partir de 01 de agosto de 1992, na forma da tabela I que constitui o

Anexo I dessa Lei;
II - a partir de 01 de setembro de 1992, na forma da tabela I que constitui o Anexo II desta Lei.

Art. 2º - As tabelas de vencimentos dos cargos em comissão e das funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustadas conforme disposto abaixo:

- I - a partir de 01 de agosto de 1992, na forma das tabelas II, III e IV que constituem o Anexo I desta Lei;
II - a partir de 01 de setembro de 1992, na forma das tabelas II, III e IV que constituem o Anexo II desta Lei.

Art. 3º - O valor do salário-família fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros), a partir de 01 de agosto de 1992 e Cr\$ 2.415,00 (dois mil quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 01 de setembro de 1992.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Representação de Gabinete fica reajustado em 50% (cinquenta por cento) cuja implantação obedecerá o disposto abaixo:

- I - a partir de 01 de agosto de 1992, 25% (vinte e cinco por cento) sobre os

valores vigentes em julho de 1992; e
II - a partir de 01 de setembro de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 5º - Fica fixado o valor único da Gratificação de Produtividade em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil, setecentos e três cruzeiros) a partir de 01 de agosto de 1992 e, em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e quatro cruzeiros) a partir de 01 de setembro de 1992.

Art. 6º - Fica o Tribunal de Contas do Estado do Paraná autorizado a instituir e rever gratificações de atividade aos seus servidores, para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no art. 33, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta do Orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

A N E X O I

Tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos constantes do Anexo II, da Lei nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, bem como dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 01 de agosto de 1992.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

AGOSTO/1992

NÍV.	R E F E R Ê N C I A S			
	I	II	III	IV
1	1.947.543,00	1.967.622,00	1.987.700,00	2.007.777,00
2	1.408.814,00	1.423.338,00	1.437.861,00	1.452.386,00
3	1.350.719,00	1.365.243,00	1.379.766,00	1.394.291,00
4	1.292.624,00	1.307.147,00	1.321.671,00	1.336.194,00
5	1.234.527,00	1.249.187,00	1.263.576,00	1.278.099,00
6	1.176.432,00	1.190.957,00	1.205.480,00	1.220.004,00
7	1.118.337,00	1.132.860,00	1.147.385,00	1.161.909,00
8	1.060.242,00	1.074.765,00	1.089.290,00	1.103.813,00
9	1.002.146,00	1.016.670,00	1.031.193,00	1.045.718,00
10	944.051,00	958.575,00	973.098,00	987.623,00
11	885.956,00	900.479,00	915.003,00	929.526,00

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1	1.525.706,24
▪ DAS-2	1.397.605,01
▪ DAS-3	1.288.236,77
▪ DAS-4	1.139.500,05
▪ DAS-5	1.026.576,42

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	662.492,52
▪ 2-C	611.844,97
▪ 3-C	564.798,27

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F	38.743,31
▪ 2-F	32.888,98
▪ 3-F	29.001,96
▪ 4-F	23.279,83
▪ 5-F	21.275,50
▪ 6-F	17.367,33
▪ 7-F	13.485,59

Tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos constantes do Anexo II, da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, bem como, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 01 de setembro de 1992.

SETEMBRO/92

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

NÍV.	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	2.337.052,00	2.361.146,00	2.385.239,00	2.409.332,00
2	1.690.577,00	1.708.006,00	1.725.434,00	1.742.863,00
3	1.620.862,00	1.638.292,00	1.655.719,00	1.673.149,00
4	1.551.148,00	1.568.576,00	1.586.005,00	1.603.433,00
5	1.481.433,00	1.498.862,00	1.516.291,00	1.533.719,00
6	1.411.719,00	1.429.148,00	1.446.576,00	1.464.005,00
7	1.342.004,00	1.359.433,00	1.376.861,00	1.394.291,00
8	1.272.290,00	1.289.718,00	1.307.147,00	1.324.575,00
9	1.202.575,00	1.220.004,00	1.237.432,00	1.254.861,00
10	1.132.861,00	1.150.290,00	1.167.718,00	1.185.147,00
11	1.063.147,00	1.080.575,00	1.098.004,00	1.115.431,00

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1	1.830.847,49
" DAS-2	1.677.126,02
" DAS-3	1.545.884,12
" DAS-4	1.367.400,06
" DAS-5	1.231.891,70

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F	46.491,98
SÍMBOLO 2-F	39.466,77
SÍMBOLO 3-F	34.802,35
SÍMBOLO 4-F	27.935,80
SÍMBOLO 5-F	25.530,61
SÍMBOLO 6-F	20.840,79
SÍMBOLO 7-F	16.182,71

A N E X O I I

SETEMBRO/92

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	794.991,03
SÍMBOLO 2-C	734.213,96
SÍMBOLO 3-C	677.757,92

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO PARANÁ

Gabinete/nº 1089/92
Senhor Presidente.

Com a mais elevada honra encaminho à Vossa Excelência, nos termos do parágrafo 2º do artigo 114 da Constituição do Estado do Paraná, o incluso anteprojeto de lei, que visa reajustar, nos meses de agosto e setembro de 1992, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Paraná.

Objetiva, ainda, reajustar o valor da gratificação de produtividade, das gratificações de representação de gabinete, salário-família, pensão especial e dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Esperando obter o necessário beneplácito dessa augusta Casa de Leis, valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço, a par de minha especial consideração.

Sala das Sessões, em 19.08.92.

(a) LUIZ CARLOS DELAZARI
Procurador-Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, vigentes em julho de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

- I - a partir de 1º de agosto de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei;
- II - a partir de 1º de setembro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta Lei.

Art. 2º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 2.415,00 (dois mil quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992, e o valor das Pensões Especiais para Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 180.000 (cento e oitenta mil cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 3º - Os valores das Gratifica-

ções de Representação de Gabinete ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

- I - a partir de 1º de agosto de 1992, em 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992, e
- II - a partir de 1º de setembro de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil setecentos e três cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco mil duzentos e quarenta e quatro cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 5º - O servidor do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, perceberá, a título de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário básico, na forma prevista no artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 07 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 05 (cinco) anos de serviço público efetivamente prestado na administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.

Art. 6º - Fica extinta, mediante incorporação aos vencimentos e salários dos ocupantes dos cargos de nível universitário, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, extensivo aos inativos, a Gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento), de que trata a Lei nº 9.049, de 06 de julho de 1989 e a Lei nº 9.576, de 14 de março de 1991.

Art. 7º - Fica a Procuradoria Geral de Justiça autorizada a instituir e rever gratificações de atividades aos seus servidores, para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no art. 33, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 8º - A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no art. 1º, ficando revogada a Lei nº 9.576 de 14 de março de 1991.

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI No.

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

TABELA I

VIGENCIA: AGOSTO DE 1.992

NIV/REF	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
01.	2.306.750,86	2.399.820,86	2.494.980,86	2.594.780,10	2.698.571,30	2.806.514,16	2.918.774,72	3.035.525,71	3.156.946,74	3.283.224,61	3.414.553,59
02.	2.811.642,15	2.892.187,84	2.975.792,15	3.062.823,84	3.153.336,79	3.247.470,27	3.345.369,08	3.447.183,84	3.553.071,19	3.663.194,04	3.777.721,00
03.	1.714.165,84	1.782.732,47	1.854.041,77	1.928.203,44	2.005.331,58	2.085.544,84	2.168.966,64	2.255.725,30	2.345.954,31	2.439.792,49	2.537.384,18
04.	1.475.589,90	1.534.613,50	1.595.998,04	1.659.837,96	1.726.231,48	1.795.280,74	1.867.091,97	1.941.775,65	2.019.446,67	2.100.224,54	2.184.233,32
05.	920.749,09	966.786,54	1.015.125,87	1.065.882,17	1.119.176,27	1.175.135,09	1.233.891,84	1.295.586,43	1.360.365,76	1.428.384,04	1.499.803,25
06.	848.058,43	890.461,35	934.904,42	981.733,64	1.030.820,32	1.082.361,34	1.136.479,41	1.193.303,38	1.252.968,54	1.315.616,97	1.381.397,82
07.	775.367,63	814.136,01	854.842,81	897.584,95	942.464,20	989.587,41	1.039.066,78	1.091.020,12	1.145.571,13	1.202.849,68	1.262.992,17
08.	702.676,99	737.810,84	774.701,38	813.436,45	854.108,27	896.813,69	941.654,37	988.737,09	1.038.173,94	1.090.002,64	1.144.586,77
09.	678.446,85	712.369,19	747.987,65	785.387,03	824.656,39	865.889,21	909.183,67	954.642,85	1.002.374,99	1.052.493,74	1.105.118,43
10.	629.986,26	661.485,57	694.559,85	729.287,84	765.752,24	804.039,85	844.241,84	886.453,93	930.776,63	977.315,46	1.026.181,23
11.	557.295,51	585.160,29	614.418,30	645.139,21	677.396,18	711.265,98	746.829,28	784.170,75	823.379,29	864.548,25	907.775,66
12.	484.596,69	508.826,52	534.267,85	560.981,24	589.030,31	618.481,02	649.405,91	681.876,21	715.970,02	751.768,52	789.356,94

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI No.

TABELA II

VIG.08/92

CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO DAS-1.....	1.525.706,24
SIMBOLO DAS-3.....	1.288.236,77
SIMBOLO DAS-5.....	1.026.576,42

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	662.492,52
SIMBOLO 3-C.....	564.798,27
SIMBOLO 9-C.....	382.871,75

TABELA III

FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO

SIMBOLO 1-F.....	38.743,31
SIMBOLO 2-F.....	32.888,98
SIMBOLO 4-F.....	23.279,83

ANEXO II A QUE SE REFERE A LEI No.

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA

TABELA I

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1992

INICIAL

01	2.768.144,47	2.878.824,87	2.993.977,84	3.113.736,12	3.238.285,56	3.367.816,98	3.502.529,66	3.642.634,85	3.788.336,88	3.939.869,53	4.097.464,3
02	2.413.970,58	2.510.529,41	2.610.950,58	2.715.388,61	2.824.844,15	2.936.964,32	3.054.442,89	3.176.620,61	3.303.685,43	3.435.832,85	3.573.266,1
03	2.056.999,00	2.139.278,96	2.224.850,12	2.313.844,13	2.406.397,89	2.502.653,81	2.602.759,96	2.706.870,36	2.815.145,17	2.927.750,98	3.044.861,4
04	1.770.707,88	1.841.536,26	1.915.197,65	1.991.805,55	2.071.477,77	2.154.336,89	2.240.510,36	2.330.130,77	2.423.336,01	2.520.269,45	2.621.086,2
05	1.504.890,91	1.566.143,86	1.628.151,05	1.691.858,68	1.758.311,53	1.828.562,11	1.899.670,21	1.974.703,72	2.052.738,91	2.134.860,85	2.221.163,9
06	1.217.670,12	1.268.553,63	1.321.981,81	1.378.008,37	1.436.784,39	1.498.333,61	1.563.775,29	1.633.164,86	1.706.562,26	1.784.040,37	1.865.777,3
07	930.441,15	976.963,21	1.025.811,37	1.077.101,91	1.130.957,83	1.187.504,88	1.246.880,13	1.309.224,14	1.374.685,34	1.443.419,61	1.515.590,5
08	843.212,38	885.373,00	929.641,65	976.123,73	1.024.929,92	1.076.176,41	1.129.985,23	1.186.484,50	1.245.800,72	1.308.099,16	1.373.504,1
09	814.136,22	854.843,83	897.585,18	942.464,44	989.587,66	1.039.067,05	1.091.020,40	1.145.571,42	1.202.849,99	1.262.992,49	1.326.142,1
10	735.983,51	773.782,69	813.471,82	855.145,41	898.902,68	944.847,82	993.090,21	1.043.744,72	1.096.931,95	1.152.778,55	1.211.417,4
11	668.754,61	702.192,34	737.301,96	774.167,06	812.875,41	853.519,18	896.195,14	941.004,89	988.055,14	1.037.457,90	1.089.338,7
12	581.516,83	610.591,89	641.121,42	673.177,49	706.836,37	742.178,19	779.287,10	818.251,45	859.164,82	902.122,23	947.228,3

ANEXO II A QUE SE REFERE A LEI No.

TABELA II

VIG.09/92

CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO DAS-1	1.830.847,49
SIMBOLO DAS-3	1.545.884,12
SIMBOLO DAS-5	1.231.891,70
B - CARGOS EM COMISSAO	
SIMBOLO B1-C	794.991,03
SIMBOLO B3-C	677.757,92
SIMBOLO B5-C	459.446,10

TABELA III

FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO

SIMBOLO 1-F	46.491,98
SIMBOLO 2-F	39.466,77
SIMBOLO 4-F	27.935,80

Senhor Presidente.

Em razão dos inadiáveis compromissos assumidos junto ao eleitorado do município de Cianorte, tomo a liberdade de solicitar dispensa aos trabalhos parlamentares neste dia 19 de agosto nesta Assembléia Legislativa.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar agradecimentos pela atenção que puder dispensar ao pedido.

Sala das Sessões, em 19.08.92.

(a) MARIO BEZERRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ
COORDENADORIA MEDICA/ODONTOLÓGICA

ATESTADO MEDICO

Atesto que o segurado Toti Colaço, portador da Carteira Profissional n.º..... Série....., necessita de 03 (três) dias de afastamento do trabalho a partir desta data, por motivo de doença.

Ctba, 19.08.1992.

(a) Dr. Alexandre A. S. Gerbran Neto

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 1292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, 19.08.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N.º 1297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transformação da sessão ordinária de quinta-feira, dia 20 do corrente mês, em sessão Especial, a fim de que esta Casa possa discutir e, uma vez consensuado, aprovar a elaboração de documento oficial a ser enviado ao Congresso Nacional, estabelecendo a posição do Poder Legislativo deste Estado a respeito da situação pela qual atravessa a Nação, objeto de investigação por Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala das Sessões, em 19.08.92.

(a) DIRCEU MANFRINATO

Apoiamento: Rossoni, Lygia Pupatto, Ovídio Constantino, Djalma de Almeida César, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Doutor Rosinha, Neivo Beraldin, Antônio Annibelli, Paulo Maia,

Curitiba, quarta, em 19.08.92

Domingos Carvalho, Edson Silva Lino, Cleiton Kielse, César Silvestri, Emilia Belinati, José Alves, Oswaldo Trevisan, Algaci Túlio, João Preis, Renato Adur, Dobrandino da Silva, Costenaro Neto, Eurides Moura, Basílio Zanusso, Albino Corazza, Nilton Barbosa,, Her- mas Brandão, Arlindo Troian, Severino Félix, Rafael Greca de Macedo e Alceu Swarowski.

REQUERIMENTO 1293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Governador ROBERTO REQUIÃO e ao Dr. OSMAR DIAS, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, pelo lançamento da 1.ª EXPOSUL INTERNACIONAL, nesta data, no PARQUE CASTELO BRANCO.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador e ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Sala das Sessões, em 19.08.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O lançamento, nesta data, da 1.ª EXPOSUL INTERNACIONAL no majestoso PARQUE CASTELO BRANDO foi sem dúvida um fato que será internacionalmente reconhecido, tanto pelos meios de comunicação que fizeram a cobertura jornalística, quanto pelas entidades e empresários participantes.

Mais do que uma exposição, será um ponto de negócios, centro de decisões, que colocará em relevo não somente a agropecuária paranaense, mas também, a capacidade de nossos empresários do setor e a visão de seus organizadores, entre os quais destacamos a figura do Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Dr. OSMAR DIAS.

A 1.ª EXPOSUL-INTERNACIONAL será o grande centro das decisões, das discussões, dos debates e ponto de encontro natural do MERCOSUL, que reunirá expositores de vários Estados brasileiros e do interior do Paraná, promovendo o intercâmbio tecnológico e cultural que certamente mostrará o resultado das ações do Governo do Paraná no meio rural.

Cientes da importância e a grandeza da 1.ª EXPOSUL, produtores, técnicos e especialistas estarão juntos, com os expositores, que alcançarão dimensões maiores em termos de negócios e oportunidades. Além

disso, a participação dos Estados da região sul, dos países do CONE SUL e a possibilidade de negócios que abrem com o MERCOSUL.

A presença no pavilhão internacional, do Canadá, China, Argentina, Uruguai, Paraguai, África do Sul e outras delegações estrangeiras com representação institucional e representantes de empresas agroindustrial darão, por certo, o incremento necessário para o êxito desse importante evento.

Em suma, toda a repercussão positiva, que neste espaço seria impossível detalhar, serve para demonstrar o dinamismo e o trabalho do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e sua equipe, pois o sucesso da 1.^a EXPOSUL INTERNACIONAL será o resultado da organização e do apoio às classes produtoras que responderão à altura.

Por isso, é de inteira justiça o reconhecimento ora proposto, porque traduz o anseio de todos os paranaenses que desejam ver o desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais abrangente da economia do nosso Estado agora interligado ao CONESUL abrangendo negócios com o MERCOSUL.

REQUERIMENTO 1296

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES À FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ, FIEP, pela comemoração dos seus 48 anos e às indústrias ALFA METAIS, BIOFILL PRODUTOS BIOTECNOLÓGICOS e CLAY TECH PESQUISA E TECNOLOGIA LTDA, homenageadas com o prêmio DESTAQUE INDÚSTRIA, no dia 17 de agosto próximo passado.

A FIEP trabalha em prol do desenvolvimento industrial do Paraná há quase meio século. Fundada em 1944, tendo à frente Heitor S. de França, a entidade dispôs de grandes nomes para levar à frente o objetivo de aprimorar o desempenho econômico e democrático do Estado. Dentre esses nomes, figuraram com destaque, Lydio Paulo Bettega, Mário de Mari e Altavir Zaniolo.

O atual presidente, Jorge Aloysio Weber também é responsável pelo extraordinário trabalho da FIEP, que conta atualmente com 32 mil indústrias associadas em todo o Estado do Paraná.

Os 48 anos de existência da FIEP marcam uma vasta folha de serviços prestada ao desenvolvimento econômico e social do Paraná, razão por que proponho a presente homenagem, extensiva às indústrias agraciadas com o prêmio Destaque Indústria. Tais empresas se constituem em verdadeiros exemplos em nossa sociedade e seus cresci-

mentos estão intimamente ligados ao nosso próprio progresso como Unidade Federativa.

Congratular-se com a FIEP e com a Alfa Metais, a Biofill e a Clay Tech é reconhecer a importância do seu papel em nossa economia, registrando na história do Paraná os seus méritos, representados na merecida conquista do prêmio Destaque Indústria...

Que do teor do presente dê-se ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 19.08.92.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, solicitação ao Tribunal da Justiça do Estado, que nos estudos da nova Organização Judiciária seja criada em Londrina, uma Vara especial de Trânsito, em razão do grande volume de feitos nessa área, dando vazão às Varas Criminais que também estão abarrotadas de processos.

Sala das Sessões, em 19.08.92.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1295

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público comunitário no Bar do Elias, localizado na rua Antonio Batista de Silveira, n° 15, loteamento São José, em Almirante Tamandaré.

Inúmeros são os moradores na localidade em questão que seriam beneficiados com o serviço solicitado. Há que atentar para a necessidade de tal telefone, sobretudo, quando a população deve recorrer a serviços de emergência, como bombeiros, rádio-patrolha ou ambulância.

Temos a certeza de que os estudos da TELEPAR confirmarão tal necessidade e orientarão para o atendimento do pedido.

Que do teor do presente se dê ciência aos interessados, através do senhor Pedro Elias, no endereço supramencionado.

Sala das Sessões, em 19.08.92.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, no sentido de que aquela Corte de Justiça mo-

difique a Resolução nº 04/85 do seu órgão especial para, enquanto perdurar a proibição da transferência de réus condenados na cadeia de Londrina para os estabelecimentos penitenciários, fique a cargo do Juiz Local, seja o do processo ou o Corregedor dos presídios, o exame dos pedidos de progressão de regime de cumprimento de pena, conforme já há muito tempo, fazem outras unidades da Federação, entre elas o Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 19.08.92.

(a) JOSÉ TAVARES

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É constrangedora a situação que vive a Nação brasileira. A cada minuto, a cada hora e a cada dia que passa os escândalos da corrupção e do assalto a este País aumentam! Eu farei um apelo ao Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que esta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná não ficasse omissa, uma vez que ela é constituída por 54 Deputados.

Nós sabemos e vivemos o descrédito dos homens públicos, e aqui nessa Assembleia Legislativa do Estado nós conhecemos a trajetória dos companheiros. E eu acho que as Assembleias dos Estados brasileiros já devem tomar uma posição porque afinal nós representamos uma grande parcela dos eleitores do nosso Estado.

O apelo que faço, neste instante, separando as cores partidárias é de que a Assembleia Legislativa, na data de amanhã, se transforme numa Sessão especial aonde se assine um documento oficial, encaminhando à CPI de Brasília, à CPI da Corrupção em Brasília, para que seja julgado com decência e para que a população de nosso País, tenha ciência, com a maior dignidade possível, com o maior zelo possível, porque o caminho da nossa vida pública, hoje, só depende de uma decisão da Câmara Federal, ou seja do Congresso Nacional!

O apelo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu faço a todos os Deputados que compõem este Poder Legislativo. Nós apelamos as lideranças partidárias. Nós não queremos crucificar, nós não queremos um prejulgamento, nós queremos é a transparência e que toda a população tenha ciência do que está ocorrendo!

Está aqui o jornal O Globo, quando o Presidente da CPI, Deputado Benito diz que o relatório da CPI envolverá o Presidente Fernando Collor.

Nós não podemos sustentar essas questões políticas no País, porque nós temos o respaldo popular, e a população, não só do Paraná, mas a população brasileira está de

olho nos políticos hoje! E caberá, na Câmara Federal, o julgamento popular de todos os eleitores do País e de todos os brasileiros que clamam decência, que clamam justiça, que clamam honestidade, a fiscalizar todos os Deputados Federais; que porventura se o Senhor Presidente não der um presente ao País antes com a sua renúncia, mas se couber o "impeachment", caberá a todos nós analisar Deputado por Deputado, qual será o seu comportamento na Câmara Federal; porque as eleições de 94, ela está aí e a população vai procurar escolher aqueles que têm decência e responsabilidade com o País e com o povo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, tem a palavra Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu me sinto bastante feliz nesta Casa quando sinto a manifestação firme e segura do Nobre Deputado Dirceu Manfrinato dizendo da situação lamentável que assola este País. Eu creio que esta é uma realidade que está posta, este é o reclamo da Nação brasileira, este é o reclamo do eleitor brasileiro que pede urgentemente uma solução para este impasse.

O Brasil não suporta mais esta recessão, o Brasil não suporta mais estas negociações, o Brasil não suporta mais estes acertos; e essa manifestação, a Bancada do Partido Democrático Trabalhista já deixou bastante claro aqui nesta Casa, quando em 07 do corrente mês publicou nota oficial dizendo do seu descontentamento quanto a situação posta pela CPI à nível de Brasil. Eu creio que esta Casa, composta por cinquenta e quatro representantes do povo do Paraná, têm que se manifestar urgentemente, partir até com esse trabalho de pioneirismo, fazendo um documento ao Congresso Nacional pedindo urgentemente a punição exemplar de todos estes envolvidos na corrupção com o dinheiro público.

Está na hora de se moralizar a coisa pública porque os inocentes estão pagando pelos culpados, e nós temos certeza que esta posição transparente e coerente, a nossa Bancada já deixou bastante claro nesta Casa, e quer já envolvido o próprio Presidente e não há mais o que se esconder. Que o Congresso Nacional decida urgentemente, ou Presidente renuncia ou o Congresso Nacional, em cima daquilo que denunciou, aprova o "impeachment" ao Presidente da República.

Nós temos certeza que quem quer resposta não somos nós, os políticos; quem espera uma resposta coerente, uma respos-

ta sadia é o povo brasileiro. E acredito que desta forma está se manifestando o Diretório Regional do Paraná do Partido Democrático Trabalhista, que mais uma vez vem reforçar a posição da Bancada nesta Casa.

O Brasil precisa da transparência, o Brasil precisa da coerência, o Brasil precisa viver um clima de moralidade; e o que está se vivendo é o maior desrespeito com a coisa pública, feita pelos homens que venderam uma imagem ao povo brasileiro dizendo que fariam um trabalho transparente, que trabalhariam pelo povo, principalmente o povo mais necessitado. E nós estamos vendo a cada passo da CPI que a verdade foi justamente outra, nós estamos vendo a cada passo mais envolvimento daqueles que deram apoio ao Presidente Collor. E o PDT do Paraná está bastante tranqüilo porque não tem responsabilidade de ter apoiado em momento algum o Presidente da República que aí está.

Por isso, eu creio que esta Casa deve sair com documento pioneiro encaminhado ao Congresso Nacional pedindo urgentemente, o Brasil não suporta mais essa situação, pedindo urgentemente a solução mesmo que isso implique o "impeachment" do Presidente e nós temos certeza que esse não será outro caminho senão o "impeachment" onde comprove que de fato os homens envolvidos na corrupção são todos ligados diretamente ao Presidente da República.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Da mesma maneira que ouvimos o pronunciamento do companheiro Dirceu Manfrinato, e ratificando também as palavras do Deputado Paulo Maia, queremos expressar a nossa mais profunda indignação pela situação em que nos encontramos, o Brasil sendo todo representado e dirigido por um Presidente que perdeu totalmente a credibilidade, e a confiança do povo brasileiro. Não podemos jamais admitir termos pessoas tão envolvidas com corrupção, com falcaturias, com picaretagem no termo exato da palavra, envolvendo toda uma cúpula nacional.

Esta Casa de Leis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não pode, de maneira alguma, ficar omissa a fatos tão graves como este que vem acontecendo, só não enxerga quem não quer ver, só não escuta quem não quer ouvir, só não sente quem não quer sentir. Nós que pregamos a moralidade pública, somos cobrados no dia a dia, para que o Parlamento tenha uma representação digna da moralidade, da confiança da popu-

lação.

Não podemos admitir que uma Presidência da República venha fazendo tamanho descaso com todos nós, a população brasileira. É imperativo que esta CPI do Congresso Nacional seja cumprida e que esses culpados, esses envolvidos, sejam efetivamente condenados ou respondam ainda pelo que têm que pagar.

Está na cara que o envolvimento do Presidente é notório, que as pessoas que o cercam estão como se estivessem numa teia de aranha, e não podemos admitir que isso continue do jeito que está.

Damos nosso integral apoio ao requerimento formulado pelo nobre Deputado Dirceu Manfrinato. Assinaremos e queremos pedir que todos os Deputados desta Casa, por unanimidade, aprovem a transformação da sessão de amanhã, 20 de agosto, numa sessão especial para que seja elaborado um documento veemente e enérgico à CPI do Congresso Nacional, solicitando providências urgentes para que efetivamente se tiver que ser requerido, eu não tenho dúvida disso, que seja requerido o "impeachment" do Presidente da República. As coisas têm que mudar, e têm que mudar urgentemente, o povo brasileiro não pode esperar mais, a situação está insustentável, desde aquele pequenino trabalhador, aquele funcionário público, aquele pequeno lavrador, o empresário, até as maiores empresas deste País, um depende do outro, e não podemos todos dependermos de uma pessoa que perdeu a confiança em todo o País.

Pedimos aos nobres companheiros, aos nobres Deputados, que vejam com atenção a gravidade desses fatos, e que aproveemos essa sessão especial de amanhã, e que nesta sessão especial o Paraná levante esta bandeira a nível nacional, que seja a primeira Assembléia do País a tomar uma posição una e coesa para que vejamos este País começar de novo a tomar o rumo da moralidade a nível nacional e da decência que todos nós buscamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou no Pequeno Expediente, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Nós, trabalhadores brasileiros, que convivemos e lutamos para derrubar a ditadura militar, nós trabalhadores que lutamos pela democratização do País e pela anistia, que lutamos por eleições diretas em nosso País, não esperávamos que o primeiro Presidente eleito após trinta anos de ditadura, fizesse o que está fazendo.

O Presidente da República tem-se exorbitado do poder que lhe cabe, fazendo com que a Presidência sirva para acobertar inúmeros crimes de "lesa pátria". Em função disso, foi que o Poder Executivo do Paraná, o Governador Roberto Requião tomou posição contrária ao Sr. Presidente. O Sr. Governador saiu às ruas e pediu a renúncia de Fernando Collor de Mello.

Baseado nisso, foi que nós apresentamos na semana passada um requerimento para que este Poder Legislativo tivesse a mesma postura politicamente a nível nacional; seriam dois poderes do mesmo Estado, atendendo aos anseios da população deste Estado, solicitando a renúncia do Sr. Presidente.

Nós queremos aqui dizer que somos favoráveis ao "impeachment" do Sr. Collor de Mello. Nós do PT somos favoráveis a que Collor de Mello saia da Presidência da República. Por isso a gente pede a renúncia, porque o "impeachment" é um processo mais demorado e traumatizante.

Mas nós queremos dizer, em nome do PT, que apoiamos o requerimento apresentado pelo Deputado Dirceu Manfrinato. Queremos que amanhã este Poder, o Poder Legislativo do Paraná, se manifeste publicamente com o apoio dos 54 Srs. Deputados que aqui têm assento. Queremos, por unanimidade, dizer em nome do povo do Paraná, que queremos Collor fora da Presidência. Queremos dizer em nome da população paranaense, que a saída para o Brasil, é a saída de Collor de Mello.

Por isso, apoiamos e solicitamos a todos os Srs. Deputados que abram mão, inclusive de outro programa de trabalho, ou de outro compromisso amanhã, e se façam presentes na Assembléia Legislativa, para que todos nós possamos dizer: Collor deve sofrer o "impeachment", Collor deve ser punido pelos crimes de "lesa pátria".

Isto é o que nós desejamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero registrar nos Anais desta sessão, a nossa manifestação de solidariedade ao ilustre Presidente do PFL do Paraná, Augusto Carneiro, ex-Deputado, nosso cor-religionário, amigo de longos anos, muito especialmente nas três legislaturas com o qual convivemos aqui durante longos anos - sempre no mesmo partido - e nesse momento em que ele assume a Superintendência da LBA do Paraná, há uma expectativa de que na LBA tenha assumido o homem que para lá esteja apenas a serviço de partido políti-

co, ao contrário. Esse era o registro que eu gostaria de fazer aqui.

Portanto, se de lá saiu um técnico, o Dr. Ribas, que honrou durante toda a permanência que lá esteve, ele é um funcionário público federal aposentado, conhecido do Paraná também durante longos anos, o Augusto Carneiro na LBA fará, sem dúvida alguma, o que ele fez em sua vida inteira, haverá de trabalhar com dignidade, com dedicação, com honestidade, que é sua marca principal. Aqueles que entenderam que Augusto Carneiro foi apenas por indicação política se enganam, porque se trata de um homem honrado, competente e que lamentavelmente assume a LBA neste momento de repúdio nacional a tudo quanto é político, especialmente da área federal.

Ao fazer este registro de solidariedade a Augusto Carneiro, de tudo quanto ele representa, como ex-parlamentar, como presidente do partido, como agricultor, como homem que é, na certeza e na expectativa de que ele fará uma gestão honrosa, não tenho nenhuma dúvida.

Quero também dizer ao Deputado Dirceu Manfrinato que está requerendo que amanhã a sessão seja dedicada à manifestação plenária acerca da situação gravíssima que vive o País, eu como não estarei aqui amanhã, não falo em nome do partido, evidentemente, mas eu que sou integrante da bancada do PFL, este fato não me obriga e não antecipa minha manifestação, portanto, o PFL sem dúvida alguma é a maior bancada de sustentação ao governo federal, mas não quer dizer que esse partido seja de sustentação ao Sr. Fernando Collor e as falcatruas anunciadas a todo dia a todo instante, é uma vergonha nacional, não sei e devo dizer que qualquer manifestação minha acerca do assunto farei apenas após a publicação da conclusão dos trabalhos da CPI do Congresso Nacional, que trata do assunto. Somente depois de oficialmente conhecidas as denúncias é que farei uma tomada de posição pública, mas antecipando-me a políticos de vários partidos, para dizer que não me envergonho de estar no PFL. PFL de Reinhold Stephanes, Antônio Costenaro, e de tantos outros, que tenho aqui uma vida longa, que não tenho nada que me vincule a PC e nem ao seu chefe, por isso, se eu não estiver aqui amanhã, Srs. Parlamentares, esse é meu posicionamento pessoal e partidário, eu estou acompanhando diariamente as notícias, as informações e os trabalhos da CPI que trata do assunto, como todo o Brasil está bem informado e envergonhado, mas somente após a publicação dos trabalhos dessa CPI, que felizmente ainda há um fio de esperança neste País, que é um trabalho inteligente e incansável dos Srs. Parlamentares e que toda a nação brasileira está na expectati-

va de sua conclusão.

E eu, partidário que sou do Partido da Frente Liberal, tomarei, repito, após divulgação dos trabalhos da C.P.I., uma posição pessoal e partidária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, não há oradores inscritos.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PST com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

Com a palavra o Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas, Senhor Presidente, para registrar com satisfação a oportunidade que tivemos ontem, ao lado de alguns Parlamentares, e me recorde aqui a presença do Deputado Antônio Annibelli, Deputado Kielse, Deputado Troian, por ocasião do lançamento da 1.ª EXPOSUL Internacional por parte da Secretaria da Agricultura, com a participação, evidentemente, da Secretaria da Indústria e Comércio, e evidentemente, uma realização do Governo do Estado do Paraná. A EXPOSUL vem em substituição, nós diríamos, à nossa EXPOTIBA tradicional. E tem por finalidade especial, a EXPOSUL, ampliar os horizontes desta que sem sombra de dúvidas é uma das exposições agropecuárias industriais da maior importância que se realiza no nosso País, em especial na região sul do nosso País. Todos sabemos que em termos de feira agropecuária a EXPOTIBA e a exposição de Esteio são aquelas que têm demonstrado uma "performance" bastante importante do ponto de vista da divulgação daquilo que se faz em termos da agropecuária e da indústria paranaense e brasileira, principalmente agora mais recentemente quando tanto a EXPOTIBA como a exposição de Esteio adquiriram um caráter internacional.

Com o advento do MERCOSUL que é hoje sem sombra de dúvida uma realidade para todos nós, os países do cone sul, e principalmente para nós, os Estados localizados na região sul do Brasil, houve por bem a Secretaria da Agricultura, Secretaria da Indústria e Comércio e o Governo do Estado, de dar uma dimensão maior à nossa anterior EXPOTIBA, transformando-a em EXPOSUL Internacional, de forma a atender as necessidades de divulgação e até por que não dizer a oportunidade para que em sendo uma exposição voltada também para os as-

suntos de interesse do MERCOSUL, atender os interesses dos produtores rurais e dos produtores industriais no que diz respeito de mostrarem os seus produtos e terem a oportunidade de comercializá-los por ocasião dessa exposição-feira.

Por esta razão é que nós conhecendo ontem quando foi lançado oficialmente a EXPOSUL que terá início no dia 17 de outubro deste ano, nos sentimos orgulhosos e satisfeitos por ver o Paraná mais uma vez saindo à frente e desta feita no setor agropecuário e industrial e queremos nós acreditar que dentro em breve, fruto do resultado dessa primeira EXPOSUL Internacional, o Paraná, sem sombra de dúvida acabará por se transformar, Curitiba acabará por se transformar evidentemente, naquilo que nós estamos buscando já há algum tempo, na capital do nosso MERCOSUL.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB.

PT, PL.

(Declinam).

PDT.

Com a palavra, o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Brasil vive realmente tempos históricos e muito interessantes, depois da revelação feita ao País de que o Senhor Quêrcia, o Senhor Requião, o Senhor Fruet e o Senhor PC Farias são farinha do mesmo saco, ou seja, depois que se percebeu que o Senhor PC Farias está filiado ao PMDB, o País vê agora crescerem as evidências com a conclusão do relatório final da CPI, da necessidade de afastamento do Senhor Presidente da República.

Ocupo a tribuna neste momento, passando o tempo de reflexão que o nosso Partido se propôs a si mesmo, para anunciar que a Executiva Nacional do Partido reunida em Brasília no dia de hoje, decidiu convocar um grande comício para a cidade do Rio de Janeiro, no mesmo local do comício das "Diretas Já", para a próxima segunda-feira, dia do martírio do Presidente Getúlio Vargas, um comício contra a corrupção.

Eu sei que frequenta já o entendimento dos Senhores Deputados, a pergunta: "Por que o nosso Presidente nacional, o Governador Leonel Brizola não se manifestou anteriormente a essa manifestação que agora faz". Quero esclarecer que a nossa postura é sempre pela legalidade e pelo respeito às instituições e que era preciso aguardar o resultado do relatório da CPI e toda a apuração, para depois então, se tomar um partido verdadeiro e definitivo.

Estarei com o Prefeito Jaime Lerner na grande manifestação prevista para a cidade que é a capital da consciência cívica do

Brasil, na próxima segunda-feira, dia 24 de agosto. Brizola, eu, o Jaime Lerner e todas as grandes figuras do PDT Nacional e da consciência nacional, faremos coro à exigência que é da nação toda, contra a impunidade, mas recomendamos que não se olhe a corrupção com um olho só.

E preciso também se apurar porque se existem cheques do Senhor PC Farias no episódio rumoroso da venda da Vasp. De quem será "testa de ferro" o Senhor Canhedo? Como o Senhor Orestes Quêrcia está envolvido com o PC Farias e por que o candidato a prefeito do PMDB de São Paulo, Senhor Aloísio Nunes Ferreira, ficou mudo diante de Maluf quando se exibiu a filiação partidária do PC Farias no último debate realizado na capital da paulicéia? Ao senhor líder do PMDB que dois dias atrás disse que eu ocupo a tribuna para defender interesses paroquiais, eu recomendo maior atenção com a paróquia de Nossa Senhora dos Martírios de Alagoas (este é o nome da padroeira da cidade de Maceió), onde o senhor PC Farias e todo o diretório do PMDB local foram batizados.

O Sr. Orlando Pessuti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - Claro, Deputado Pessuti. Eu vim provocá-lo, lhe concedo o aparte.

O Sr. Orlando Pessuti - Eu quero mais uma vez não concordar com V.Exa., principalmente quando V.Exa., no início do pronunciamento afirma que Requião, Orestes Quêrcia e PC Farias são farinha do mesmo saco.

Eu entendo que o dia 24 quando haverá essa manifestação no Rio de Janeiro, é evidentemente uma data importante, não só para os pedetistas mas também para os petebistas em função de estar ligada a esta data a vida e a história de Getúlio Vargas, mas também é bom que se lembre que há um ano atrás - se não me falha a memória no dia 23 de agosto, e os Deputados da região de Londrina podem até nos informar se esta data está precisa -, depois da interiorização do Governo na cidade de Bela Vista do Paraíso, no "hall" de entrada do Hotel Bourbon, o Governador Roberto Requião esbravejava e por telefone denunciava e dava entrevistas para demonstrar toda a sua ira com relação a assuntos tratados com o ex-candidato a Senador, Tony Garcia, e anunciando a tentativa de intermediação de PC Farias.

Então não pode Vossa Excelência, neste momento, atribuir ao Governador Roberto Requião a pecha de pertencer ao mesmo saco que pertence PC Farias e Orestes Quêrcia, até porque Vossa Excelência é testemunha e

muitas vezes já fez comentários a respeito da briga que conduziu o Governador com relação ao Presidente Nacional do nosso Partido, Orestes Quêrcia.

Então, o Governador Requião tem, há mais de um ano, denunciado o Presidente do nosso Partido, tem tecido a ele comentários os mais violentos, acerca do seu período de Governo, e isso não é segredo para Vossa Excelência e para nós e muito mais com referência a PC Farias. Por isso, não posso admitir que Vossa Excelência, mais uma vez, venha à tribuna como na vez anterior, quando se referia aos assuntos da SANEPAR para anunciar uma coisa que não é verdadeira.

Requião, com toda a certeza, e por palavras e atos por ele praticados ao longo deste período em que está no Governo, e mesmo antes deste período, caracteriza-se plenamente como não sendo farinha do mesmo saco a que pertence PC ou que porventura venha pertencer o Sr. Orestes Quêrcia.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Quero pedir a substituição nos Anais da Assembleia, da minha expressão "Quêrcia, Requião, PC Farias são farinha do mesmo saco", pela expressão "são pessoas do mesmo partido".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade é preciso que não se olhe a corrupção com um olho só. É preciso que se olhe a corrupção com os dois olhos do rosto, com todos os olhos, inclusive com o olho do conhecimento e do entendimento.

Vamos passar o Brasil a limpo! Vamos passar o Brasil a limpo buscando uma autoridade que venha da inteligência e que venha das obras realizadas.

Outro dia vi o Programa Eleitoral do PMDB tentando colocar a mim, ao Jaime Lerner, a Margarita, minha mulher, a Fani, Secretária da Criança e mulher de Jaime Lerner, no mesmo saco do Pizzatto, do Tony Garcia, de toda essa gente ligada a Dona Rosane Collor.

Olhem bem para a nossa cara! Examinem a nossa trajetória! Percebam a nossa biografia! Visitem os nossos túmulos! Vejam na periferia da cidade os PIA'S, onde as crianças são alimentadas! Saibam que por 18 dias apenas deste ano o Governo Federal supriu com merenda escolar as escolas de Curitiba! Todos os outros dias do ano, a merenda escolar foi suprida pelo Prefeito Jaime Lerner.

Não confundam quem dá leite para as crianças com quem tira o leite das crianças!

Não fazemos parte de nenhuma malta no sentido coletivo do vocábulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade. E viva a Paróquia de Nossa Senhora dos Martírios do PMDB de Alagoas!

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para complementar o raciocínio anterior, de que a Paróquia a que se refere o Deputado Rafael Greca é lá de Alagoas e não daqui do Paraná.

E a questão de pertencerem ao mesmo Partido, Sr. Presidente, eu vejo que aqui no Paraná nos temos exemplos. Temos o PDT do Deputado Rafael Greca, do Deputado Algaci Túlio. E temos o PDT do Deputado Paulo Furiatti, do Secretário Tadeu Fraça. Temos o PTB de Nelson Jorge e tantos outros, e temos o PTB do Carvalhinho, que estavam atritados há bem pouco tempo, os jornais divulgavam isso.

Quer dizer então, eu acredito que num mesmo Partido existem pessoas e pessoas. E cada uma manifesta o seu pensamento, a sua postura. E o Governador Roberto Requião já se posicionou com clareza acerca do Sr. PC Farias e do Sr. Orestes Quêrcia. E o fez bem anteriormente às CPI's que estão agora, graças a Deus, instaladas e funcionando no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 62/92, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre reajustamento dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela C.L.T. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 83/92, subscrito pelo Senhor Presidente do Poder Judiciário do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T., deste Poder. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 1089/92, subscrito pelo Senhor Procurador Geral de Justiça do Estado, constante do expediente, incluindo anteprojeto de lei, que visa reajustar, nos meses de agosto e setembro do corrente ano, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Servidores Auxiliares do Ministério Público do Estado. **A Diretoria Legis-**

lativa, para os devidos fins.

Ofício nº 1388/92, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta nos meses de agosto e setembro do corrente ano, os níveis dos vencimentos dos integrantes do Quadro de Pessoal deste Tribunal. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 447/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando dispensa na Sessão Plenária do dia 19 do corrente mês, em função de compromissos assumidos no Município de Cianorte. **A Diretoria Legislativa para anotar.**

Atestado Médico, fornecido pela Coordenadoria Médica deste Poder, constante do expediente, concedendo 03 (três) dias de afastamento dos trabalhos parlamentares ao Senhor Deputado Toti Colaço, por motivo de doença. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das Proposições constantes da Ordem do Dia, marcada para a Sessão de hoje, sejam apreciadas englobadamente. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 049/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 604/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do art. 2º, da Lei nº 6.517, de 02.01.74, nele incluindo os Municípios de Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Quitandinha. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT nº 101/92

Curitiba, 21 de maio de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 101/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 604/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao art. 2º, da Lei nº 6.517, de 02 de janeiro de 1974, que dispõe sobre a Região

Metropolitana de Curitiba, a fim de incluir no território por ela abrangido os Municípios de Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Quitandinha.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em epígrafe, decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente que, analisando a matéria emitiu conceitos e teceu considerações de aprofundado conteúdo, cujo inteiro teor entendo necessário anexar por cópia autêntica.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 604/91, foi publicado no DA. nº 171, de 16.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 49/92
VETO INTEGRAL APOSTO AO
PROJETO DE LEI Nº 604/91

PARECER:

Procedemos a necessária análise, no âmbito desta Comissão Técnica, do veto integral aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 604/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do artigo 2º da Lei nº 6.517, de 02 de janeiro de 1974, incluindo no território da Região Metropolitana de Curitiba, os Municípios de Quitandinha, Tijucas do Sul e Agudos do Sul.

O veto governamental ocorreu na observância dos prazos constitucionais, merecendo, portanto, ser acolhido por este Poder Legislativo, cabendo ao Plenário a apreciação sobre o mérito da matéria.

Sala das Comissões, em 09.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO
Presidente
OVIDIO CONSTANTINO
Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 050/92, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 506/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que reconhece oficialmente a competição nos jogos da juventude. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 102/92

Curitiba, 21 de maio de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 092/92, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando das atribuições conferida

pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 506/91, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a Secretaria de Estado da Educação, reconhecendo oficialmente os Jogos da Juventude, promovido pela FESTUR, dispensará professores e alunos que deles participarem, não se lhes marcando faltas às aulas.

O veto ora apostado, que de forma alguma poderá significar posição contrária aos Jogos da Juventude, decorre de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Educação, através das quais aquela Pasta assevera que:

"Em atenção ao Projeto de Lei nº 506/91, encaminhando à apreciação desta Pasta, que trata de reconhecimento oficial para a competição nos jogos da Juventude, participarão das Escolas da Rede Estadual de Ensino, e dispensa de ponto para os professores participantes, servimo-nos do presente para comunicar a Vossa Senhoria que esta Secretaria se manifesta contrariamente à aprovação do mesmo.

Informamos, ainda, que já existem os Jogos Escolares do Paraná, aprovados por esta Pasta e constam de calendário escolar.

A criação de mais uma modalidade viria acarretar prejuízos para o professor e para o aluno, visto que as aulas não ministradas nos períodos dos jogos, teriam que ser repostas em período de férias.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei, que em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 506/91, foi publicado no DA. nº 148, de 11.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 50/92

PARECER:

Procedendo a devida análise, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, do Veto Integral, apostado pelo Senhor Governador do Estado, ao Projeto de Lei nº 506/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que reconhece oficialmente a competição nos Jogos da Juventude.

O veto governamental deu-se na observância dos prazos constitucionais, merecendo, portanto, a análise deste Poder Legislativo, cabendo ao Plenário manifestar-se sobre o mérito da matéria.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

HERMAS BRANDAO

Relator.

DISCUSSÃO UNICA - Da Proposição n° 054/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 280/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário e Outros, que cria a Universidade Metropolitana de Curitiba e dá outras providências. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT/ n° 131/92

Curitiba, 29 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 105/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade com o disposto pelo § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 280/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a criação da Universidade Metropolitana de Curitiba, sob o regime de autarquia, e estabelece critérios para sua implantação.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em tela fundamenta-se em parecer técnico exarado pela Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia que, analisando a matéria manifestou-se na forma dos itens adiante transcritos.

"I - As diretrizes desta Secretaria, em relação às Instituições que compõem a Rede Estadual de Educação Superior, conduzem a uma política, que em termos prioritários objetiva a qualificação do Sistema existente, dirimindo as inúmeras deficiências das IES, assim como, indicam a necessidade de subordinar a expansão do Ensino Superior à melhoria do já instalado.

II - Na Capital do Estado, já existem, há algumas décadas, duas Instituições Estaduais: a Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP (1949) e a Faculdade de Artes do Paraná - FAP (1967) mais os cursos de nível superior ofertados pela Fundação Teatro Guaíra.

Estas Instituições, ainda não se encontram consolidadas, uma vez que, só há pouco tempo (1990 e 1991), implantaram seus Planos de Carreira para o pessoal docente e técnico-administrativo, assim como, em termos de espaço físico, ainda não possuem as necessárias instalações para que possam ofertar, com mais qualidade, seus cursos Assim, além da necessária estruturação da vida acadêmica das mesmas,

ainda há necessidade de consolidação da compra de imóvel em que possam se localizar definitivamente.

III - O atendimento às novas demandas da Região Metropolitana de Curitiba poderia ser concretizado, a partir da perspectiva do avanço da Faculdade de Artes do Paraná e Escola de Música e Belas Artes do Paraná em relação do provimento dos necessários recursos físicos e humanos que as mesmas dependem, para viabilizar a melhoria da qualidade das ações no exercício de suas funções.

IV - A Rede Estadual de Educação Superior, sob rígida contenção de despesas não apresenta espaço para expansão, a curto prazo. Entendemos que a criação de uma nova Instituição se contrapõe à política de austeridade que o atual Governo vem desenvolvendo em relação às Instituições Estaduais de Ensino Superior.

V - A Rede Estadual de Educação Superior representa 25% das Instituições de Ensino Superior localizadas no Paraná - número altamente significativo se o compararmos com aqueles que representam as Instituições Estaduais de Ensino Superior da maioria dos outros Estados da União.

VI - Na Capital do Estado, conseqüentemente com a possibilidade de atender a Região Metropolitana, estão localizadas 31,2% do total das Instituições de Ensino Superior do Paraná: 02 (duas) Federais, 02 (duas) Estaduais e 16 (dezesesseis) Particulares dentre elas a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (uma Universidade de alto porte) - nenhum outro município do Estado possui sequer uma Instituição Federal.

VII - A manutenção da Rede Estadual de Educação Superior tem custado ao Estado altas somas. Só em 1991, o Estado investiu no Ensino Superior, em torno de CR\$ 35.500.873.000,00 (trinta e cinco bilhões, quinhentos milhões e oitocentos e setenta e três mil cruzeiros).

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 280/91, foi publicado no DA. n° 79, de 27.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO N° 054/92

PARECER:

Vetado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o Projeto de Lei n° 280/91, de autoria do Deputado Geraldo

Cartário, volta a esta Comissão para apreciação do Veto que foi apostado tempestivamente e em conformidade com o disposto na Constituição Estadual.

Assim, nada obsta à sua apreciação em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 055/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 083/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Maternidade e a Infância de Paranavaí. Com Relatório da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 132/92

Curitiba, 29 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 121/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 083/92, em razão do fato da Entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 9.738, de 17 de outubro de 1991.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

(O Proj. de Lei nº 83/92 foi public. no D.A. nº 29 de 07.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Proposição de Veto nº 55/92 ao Projeto de Lei nº 083/92.

P A R E C E R :

A proposição nº 055/92 veta, por ato de competência do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 083/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública a Associação da Proteção à Maternidade e a Infância de Paranavaí, em razão da mesma já ter sido declarada de utilidade pública através da Lei nº 9.738, de 17 de outubro de 1992.

Sob aspecto meramente formal, a Proposição sob análise encontra-se apta a tramitar e ser apreciada pelo Plenário desta Assembléia Legislativa do Paraná e, em se

confirmando as razões do Veto, opinamos pela sua manutenção.

S.m.j. é o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.1992.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente;

PAULO MAIA - Relator.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão se manifestar votando com as cédulas contendo a expressão "SIM". Os contrários, à manutenção do Veto, deverão se manifestar votando com as cédulas contendo a expressão "NÃO".

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós só queríamos que se registrasse, na Casa, a mesma coerência de ontem, quando nós pedimos e a Bancada do PDT pedia os votos individuais, também aos Votos. Nós continuamos votando pelo processo de votação individual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados para o processo de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lourenço Fregonese) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 43 Srs. Deputados. Designo uma Comissão composta pelos Deputados Oswaldo Trevisan, Duílio Genari e Orlando Pessuti para se proceder ao escrutínio dos votos.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem) - Só para registrar a presença do nosso candidato a Prefeito do novo Município de Quatro Pontes desmembrado de Marechal Cândido Rondon, e, sendo ele, candidato único, já é Prefeito: Rudi Leobet e seu vice Paulo Brandt.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 41 Srs. Deputados, sendo 26 votos - SIM, 14 votos - NÃO e um voto em branco. Ficam mantidos os vetos.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 178/92, determina que o material de expediente que tenha perdido sua finalidade seja destinado à entidades assistenciais, conforme específica. (Public. no DA. nº 87 de 15.06.92).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 1297 de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, com apoio dos Srs. Deputados Renato Adur, Rafael Greca de Macedo, João Preis e demais Srs. Deputados, constante do expediente. -Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1295 e 1296, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **-Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1293, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1298 e 1299, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **-Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1285, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa. **(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento n.º 1289, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1286, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente de sessão anterior. **-Rejeitado.**

O SR. ROSINHA **(Para Encaminhar)** - O requerimento do Deputado Dalton Machuca solicita que esta Casa de Leis pague a passagem ida e volta de Maceió para a "Miss Paraná".

Eu quero registrar que somos contrários, uma vez que existem causas mais nobres para esse tipo de viagem.

Existem pessoas do interior que muitas vezes não conseguem se locomover do interior do Estado à Curitiba para tratamento de saúde. Existem outras causas muito mais nobres do que isso. Portanto, a Bancada do PT encaminha e solicita aos demais Deputados que a Assembléia Legislativa não tenha este tipo de despesa e de gasto porque há causas e razões muito mais sérias do que esta.

O SR. ORLANDO PESSUTI **(Pela Ordem)** - Sr. Presidente, requeiro verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE **(Anibal Khury)** - Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

REJEITADO.

O SR. PAULO MAIA **(Pela Ordem)** - Sr. Presidente, eu só gostaria de que a Mesa nos informasse se há a promulgação do Decreto 532, da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE **(Anibal Khury)** - Se encontra sobre a Mesa para assinatura.

O SR. DIRCEU MANFRINATO **(Pela Ordem)** - Sr. Presidente, eu apenas, antes de V.Exa. encerrar a Sessão, gostaria de saber como

é que vai ficar a indicação dos Deputados que amanhã irão participar da elaboração deste documento oficial, que irá para Brasília.

E com relação ao pedido da passagem da Miss Paraná eu acho que o momento foi de uma certa infelicidade porque foi buscar logo Maceió, poderia ter escolhido outro lugar no Brasil.

O SR. PRESIDENTE **(Anibal Khury)** - A Mesa indica as Lideranças partidárias juntamente com o Deputado Dirceu Manfrinato para elaborarem o documento.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, apenas a título de sugestão a V.Exa., no sentido de que possamos realizar uma reunião dos nossos líderes da Assembléia Legislativa juntamente com V.Exa. mais o Presidente da CCJ, para que possamos estabelecer os critérios, o encaminhamento que daremos à votação das Mensagens, tanto do Governo do Estado quanto dos demais Poderes no que diz respeito ao aumento do funcionalismo, já que teremos que ter estas matérias aprovadas no decorrer na semana que vem, para que possam os efeitos daquilo que for aqui aprovado constar do contracheque dos funcionários já para o mês de agosto.

E, antes de finalizar, dizer que lamentamos as palavras do Deputado Rafael Greca, quando compara o nosso Governador Roberto Requião com PC e com Quêrcia, porque pelo menos o Requião, Sr. Presidente, há mais de um ano vem batendo firme nessas pessoas, e em especial no Presidente Collor de Mello, enquanto o Presidente Nacional PDT, Leonel Brizola, apenas ontem se manifestou contrário, até então se posicionava plenamente a favor do Presidente Collor de Mello.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, eu solicitaria a V.Exa. se seria possível V.Exa. colocar um assessor da Mesa Executiva para acompanhar amanhã as Lideranças na elaboração deste documento.

O SR. PRESIDENTE **(Anibal Khury)** - Será designado.

O SR. PAULO MAIA **(Pela Ordem)** - Sr. Presidente, eu não quero entrar em polêmica com o Deputado Pessuti e nem estou autorizado a defender o Governador Brizola, mas só registro nesta Casa que o Deputado Pessuti falta com a verdade quando ele diz que houve apoio explícito do Presidente do PDT.

Isso não é verdade e em todos os momentos e em todos os jornais está bem claro a preocupação que havia em relação à CPI. E nesta Assembléia o PDT jamais se

furtou, jamais encobriu este tipo de falcatrua ou de corrupção. Não procurou fazer demagogia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós temos o Requerimento do Deputado Paulo Maia. A Presidência vai promulgar o Decreto Legislativo 03/92, que susta o Decreto Governamental n° 532, de 25 de junho de 1991.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Senhores Deputados, quando Vossa Excelência toma essa iniciativa de promulgar este Decreto, V.Exa. está dando o aval à luta dos servidores públicos do Estado do Paraná. Nós temos neste momento, em nome dos servidores públicos do Estado do Paraná, de registrar este ato de grandeza de V.Exa. e daqueles Deputados que nesta Casa tiveram a coragem de aprovar a revogação daquela determinação lamentável do Governo Requião, que era acabando com a data base dos servidores públicos do Estado do Paraná. Eu acho que neste momento desta promulgação ganha o servidor público, ganha a maioria da Assembléia Legislativa que aprovou este decreto. Parabéns a V.Exa. e parabéns a maioria dos componentes desta Casa que foram favoráveis a essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu agradeço a V.Exa., a Presidência apenas cumpriu com o seu dever Constitucional.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Especial para quinta-feira, dia 20 à hora regimental, com o propósito de elaborar um documento oficial a ser enviado ao Congresso Nacional estabelecendo a posição desta Casa, a respeito da situação pela qual atravessa a Nação, objeto de investigação por Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme requerimento aprovado na presente sessão.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOUTOR ROSINHA, EM SESSÃO DO DIA 18 DE AGOSTO DE 1992.

"LUTO"

Num misto de exaltação e desespero, o chefe de um governo atolado no escândalo dirige nova e arrojada afronta à opinião pública. Convocando a população para que use as cores nacionais em defesa de seu mandato, o presidente Collor tenta revestir de uma aura de respeitabilidade e de

conotações patrióticas o que resume apenas a um interesse político pessoal; pretende que a bandeira do Brasil se converta em expressão da complacência com uma situação política insustentável, de apoio a uma administração falida, de tolerância com o atraso, a impunidade e a mentira que se instalaram no núcleo do Poder Executivo. Os símbolos nacionais que foram levantados pela população nos grandes momentos de mobilização cívica e de luta pela democracia viram-se usurpados por um presidente sem condições políticas para governar.

Prolonga-se uma crise que só teria, como saída, a renúncia do chefe do Executivo. Um processo doloroso e difícil se desenvolve agora, paralisando o país e ameaçando mergulhá-lo numa situação de completa ingovernabilidade. Em lugar de voltar-se para os graves problemas econômicos e sociais, o Planalto se dedica a apor remendo sobre remendo numa série incoerente de versões que chegou ao paroxismo com a absurda Operação Uruguai. No fracasso inevitável desses expedientes, a Presidência vai buscar nos porões do "esquadrão da morte" as armas da intimidação, chantagem e suborno.

Com elas pretende garantir a ministra salvadora de um terço da Câmara, capaz de obstruir um processo de impeachment cada vez mais provável.

Não é o caso de precipitar julgamentos em torno das conclusões da CPI que investiga o escândalo PC Farias. Qualquer movimento pelo impeachment terá necessariamente de seguir os caminhos da mais estrita legalidade - convicção sobre a qual não paira dúvida, na sociedade, embora o presidente se esforce por caracterizar como golpista essa iniciativa.

Ao lado das considerações legais que venha a inspirar o envolvimento do presidente com os negócios de PC Farias, um outro julgamento, todavia, já foi feito pela opinião pública. Trata-se de um julgamento político. O presidente Collor já esgotou todas as reservas de credibilidade que poderia possuir junto à população. O governo está em frangalhos, suas mazelas estão expostas, sua respeitabilidade não existe mais. Lança-se ao delírio, à histeria, à provocação. Recorre à bandeira nacional para defender a continuidade insuportável de uma crise.

A resposta a essa tentativa de transformar as cores nacionais em motivo para um exercício farsesco e infamante já chega espontaneamente às ruas. Generaliza-se a idéia de usar a cor negra como expressão do descontentamento, do protesto, da rebeldia contra um governo desmoralizado, perdido na megalomania e na inconsciência. Mais do que isso - trata-se de enunciar o sentimento que predomina

nesta instante: o luto. Luto pela destruição dos mais elementares padrões de ética administrativa; luto por uma República entregue à desfaçatez de oportunistas e aventureiros; luto pelo espetáculo de prepotência, de fisiologismo, de irresponsabilidade que se armou nos palcos de Brasília; luto por uma sociedade inteira que vê, diariamente, escarnecerem de seus ideais, desmoralizarem as suas instituições; luto por um país desgovernado. Luto, vergonha, indignação - eis o que se experimenta diante da impunidade política e da arrogância com que o Planalto encena a farsa a que chama governar.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 245/92
prover, REINALDO RODA SOBRINHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, no Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1° de agosto de 1992.

(Prot. n° 5664)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.07.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 247/92
CONSIDERANDO - o infausto passamento do Senhor SEBASTIAO RODRIGUES, ex-Deputado Estadual, ocorrido em data de 24 de julho do corrente ano, na Cidade de São Paulo;

CONSIDERANDO - a importância das contribuições prestadas ao Estado do Paraná em vida;

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para este Poder Legislativo e para a sociedade paranaense, dada a sua promissora carreira de homem público, como Deputado Estadual, sempre voltado para as aspirações da comunidade;

RESOLVE:

Artigo Único - A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, guardará luto oficial, por três (03) dias, a contar desta data, como expressão de pesar, pelo falecimento, do ilustre Senhor SEBASTIAO RODRIGUES.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 248/92
retificar o Ato da Comissão Executiva n° 449/91, de 23 de outubro de 1991, para conceder aposentadoria, a pedido, a MARCIONILIO SANCHI CAMBHY, matrícula n° 177, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual, e Art. 140, incisos I e III, da Lei n° 6174/70, com proventos mensais e

integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à Simbologia 4-F; cinco (05) quinquênios de acordo com o Art. 170 e parágrafo único da Lei n° 6174/70; cinco (05) adicionais de acordo com o Art. 37, inciso XIV da Constituição Federal e Proposições n°s 7894/91 e 4347/92 do Tribunal de Contas do Estado; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme Art. 1°, da Lei n° 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6° da Lei Complementar n° 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo n° 229/85, resultante em proventos mensais no valor de Cr\$ 881.369,33 (oitocentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta e nove cruzeiros e trinta centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 10.576.431,96 (dez milhões, quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e um cruzeiros e noventa e seis centavos).

(Prot. n° 5075)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.07.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 270/92

Art. 1° - Conceder aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, reajuste de cinquenta por cento (50%) em seus vencimentos, sendo vinte e cinco por cento (25%), a partir de 1° de agosto de 1992 e vinte e cinco por cento (25%), a partir de 1° de setembro de 1992, calculados sobre os valores de julho de 1992; bem como as pensões pagas por este Poder;

Art. 2° - Os valores das Funções Gratificadas, ficam reajustados em cinquenta por cento (50%), sendo vinte e cinco por cento (25%), a partir de 1° de agosto de 1992 e vinte e cinco por cento (25%), a partir de 1° de setembro de 1992, calculados sobre os valores de julho de 1992;

Art. 3° - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete, ficam reajustados conforme disposto abaixo:

I - a partir de 1° de agosto de 1992, em vinte e cinco por cento, sobre os valores vigentes em julho de 1992;

II - a partir de 1° de setembro de 1992, em vinte e cinco por cento, sobre os valores vigentes em julho de 1992;

Art. 4° - O valor da Gratificação de Produtividade, fica fixado em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil, setecentos e três cruzeiros), a partir de 1° de agosto de 1992 e em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e quatro cruzeiros), a partir de 1° de setembro de 1992;

Art. 5° - O valor do Salário Família por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros), a partir de 1° de agosto de 1992 e em Cr\$

2.415,00 (dois mil, quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992;

Art. 6º - O limite a ser pago a qualquer título aos servidores desta Assembleia Legislativa, não poderá ultrapassar a remuneração do Secretário de Estado;

Art. 7º - Os servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deste Poder, perceberão a título de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário básico, na forma prevista no Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 7 (sete) quinquê-

nios, à razão de cinco por cento (5%) a cada cinco anos de serviço público;

Art. 8º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 1992, revogadas as disposições em contrário.

(Resolução nº 064)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.08.92.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOAO ARRUDA

1º Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário